



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638406 - SP (2021/0000754-0)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : JOSIANE BORGES MOTTA  
**ADVOGADO** : JOSIANE BORGES MOTTA - MG203412  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ISAIAS FERNANDO BATISTA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ISAIAS FERNANDO BATISTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2284000-17.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante, no dia 21/10/2020, pelo cometimento, em tese, dos crimes tipificados nos arts. 24-A, da Lei n. 11.340/06 e 147, do Código Penal. No dia 22/10/2020 a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

A impetrante sustenta que "resta devidamente comprovado o NÃO preenchimento de NENHUM dos requisitos necessários para a conversão da prisão em flagrante para preventiva, EIS QUE, O PACIENTE OSTENTA BONS ANTECEDENTES, É PRIMÁRIO, PESSOA HONESTA E TRABALHADORA (docs. anexos) E, TEM RESIDÊNCIA FIXA NA COMARCA DE SÃO CARLOS/SP, ALÉM DE SER QUERIDO POR TODOS E, É PESSOA RECONHECIDA DE ÓTIMA INDOLE PERANTE A SOCIEDADE. " (fl. 09)

Aduz que "ainda que o paciente fosse condenado ao cumprimento da pena máxima culminada ao delito, o que não seria o caso, pois, ostenta bons antecedentes e é primário, cumpriria a pena em Regime Aberto. Assim, não seria justo o Paciente ter sua liberdade cerceada, por meras suposições da gravidade em abstrato do delito. O que seria uma injustiça, ou melhor dizendo, seria uma justiça falha quanto aos direitos do Paciente." (fl. 17)

Alega, por fim, que "não se trata de concluir pela imediata imputabilidade ou inimputabilidade do réu apenas pela leitura dos documentos médicos apresentados, mas sim através de uma perícia, aferível por meio do exame médico-legal. Todos estes elementos indicam possível supressão ou redução significativa da capacidade de entendimento ou autodeterminação do réu no momento dos fatos, o que torna

indispensável a realização do exame de insanidade mental do Paciente. " (fl. 21)

Requer, liminarmente, a suspensão da Ação Penal n. 1503451-12.2020.8.26.0566 até o julgamento de mérito deste *habeas corpus* e a revogação da prisão preventiva, com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Ainda requer a instauração, de ofício, do incidente de insanidade mental.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja cassado o ato que decretou a prisão preventiva do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente por se tratar de prisão cautelar vinculada a crimes relacionados com violência doméstica e familiar contra a mulher, os quais receberam tratamento especial no art. 313 do CPP.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente